FÓRUM MATO-GROSSENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

REUNIÃO DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE REGISTRO TREES (TRD)

AJUDA-MEMÓRIA

Relato

Em 06/11/2026, às 13h00 (horário de Cuiabá), foi realizada, em formato virtual, reunião de apresentação do Documento de Registro TREES (TRD) do Programa Jurisdicional de REDD+ de Mato Grosso, com a participação de representantes do Governo do Estado, do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas, do Conselho Gestor de REDD+, do Comitê Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, de organizações da sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais, setor privado e produtivo, além das equipes técnicas e de consultoria. A reunião teve duração aproximada de 2h28min, conforme registro da plataforma.

A abertura foi conduzida pelo secretário Alex Sandro A. Marega, que contextualizou a construção do modelo jurisdicional de REDD+ de Mato Grosso como resultado de um processo de aproximadamente duas décadas de políticas públicas estaduais de combate ao desmatamento e mudanças climáticas, fortalecidas pela criação do Sistema Estadual de REDD+ e pelo Programa REM-MT. Destacou que a submissão ao padrão ART-TREES busca conferir reconhecimento e credibilidade aos créditos jurisdicionais, bem como ampliar a capacidade de apoiar aqueles que contribuem para a conservação dos recursos naturais. Ressaltou, ainda, a importância da análise e das contribuições dos membros e representantes da governança de REDD+ e clima do Estado para o aprimoramento do documento, tendo em vista sua perspectiva de submissão ainda em 2026.

Na sequência, Caroline Chichorro, em nome da Coordenadoria de Mudanças Climáticas e REDD+, agradeceu a participação e o envolvimento das instituições, colegiados, organizações e segmentos sociais que contribuíram e seguirão contribuindo para a construção dos documentos, destacando o caráter colaborativo e contínuo do processo.

Bojan Auhagen, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), apresentou o contexto do padrão ART-TREES e a finalidade dos documentos em discussão. Explicou que o TRD descreve como o programa jurisdicional atende aos requisitos do padrão, enquanto o Relatório de Monitoramento TREES (TMR) apresenta os resultados efetivamente observados no período de monitoramento. Informou que a apresentação contemplaria a estrutura do documento, a abordagem de mensuração, relato e verificação (MRV), as salvaguardas e os próximos passos. Destacou que o documento está organizado em 18 seções e que a reunião tinha caráter introdutório, sendo previstos encontros posteriores para aprofundamento técnico.

A parte de MRV foi apresentada por Catarina Lopes e Inês Melo, que integram a equipe técnica do PNUD. Foram expostos o âmbito geográfico da contabilização — todo o território de Mato Grosso, incluindo os biomas Amazônia, Cerrado e Pantanal —, os períodos considerados e as principais fontes de dados de atividade e de estoques de carbono. A apresentação abordou o uso de dados do PRODES para desmatamento; de dados do DETER (Amazônia) e do MapBiomas Fogo (Cerrado e Pantanal) para degradação por fogo; e de dados do DETER para corte seletivo na Amazônia. Também foram mencionadas as bases de estoques de carbono da Quarta Comunicação Nacional e do Projeto Estimativa de Biomassa para a Amazônia (EBA), além do mapa de Organossolos do IBGE (2025), utilizado para estimar as emissões de carbono dos solos orgânicos.

As apresentadoras explicaram os critérios de elegibilidade das áreas florestais, o tratamento sequencial de eventos de degradação e desmatamento, a contabilização específica de emissões associadas a solos orgânicos e a aplicação do Índice de Recorrência de Fogo (FRI) para filtrar a degradação por fogo em fitofisionomias de savana do Cerrado. Também apresentaram o procedimento de conversão dos dados do ano PRODES para o ano civil, conforme exigência do padrão, e a aplicação de simulações de Monte Carlo, com 10.000 iterações, para estimar as incertezas associadas aos dados de atividade, aos estoques de carbono e aos fatores de emissão, com intervalo de confiança de 90%.

Quanto aos períodos e resultados, foi informado que o período de referência utilizado no TRD compreende 2017 a 2021 e que o primeiro relatório de monitoramento considera os anos de 2022 a 2024, dentro do

período de creditação 2022–2026.Foram explicadas as etapas de cálculo das reduções, incluindo deduções relacionadas a incertezas, vazamento, outras iniciativas e reduções sobre as quais o participante não detém direitos, bem como a constituição de uma reserva (buffer). A equipe ressaltou que os valores apresentados durante a reunião são resultados de etapas de cálculo e que a emissão final de créditos depende da aplicação dos requisitos e deduções previstos no padrão. Como referência, foi apresentado o nível de creditação de 162,59 $MtCO_2$ e/ano, correspondente a 99% da média anual de emissões do período de referência 2017–2021 (164,24 $MtCO_2$ e).

Durante os esclarecimentos sobre MRV, foi questionado como os projetos privados seriam considerados para evitar dupla contagem. Bojan Auhagen e Inês Melo esclareceram que os projetos e créditos correspondentes são considerados na etapa de dedução aplicada às reduções de emissões (“outras iniciativas”), ao final dos cálculos, e não por meio da exclusão inicial das respectivas áreas da contabilização estadual. Questionado sobre a ausência das remoções no TRD, a equipe do PNUD esclareceu que o TREES 3.0 exige requisitos específicos para creditá-las, ainda não atendidos com a robustez necessária, razão pela qual esta submissão se concentra nas reduções de emissões por desmatamento e degradação florestal.A coordenação informou que os documentos, a apresentação e a gravação seriam compartilhados posteriormente, com orientações sobre os canais para acesso e envio de contribuições.

Na sequência, Mônica de los Rios apresentou a estrutura das demais seções do TRD, com destaque para a Seção 16, dedicada às salvaguardas de Cancún. Foi explicado que as sete salvaguardas são desdobradas em 16 temas, avaliados a partir de indicadores relacionados à estrutura (marcos legais, políticas e normas), aos processos (procedimentos, instituições e mecanismos de implementação) e aos resultados. A apresentação também esclareceu a distinção entre o conteúdo do Documento de Registro (TRD) e do Relatório de Monitoramento (TMR): no TRD, a estrutura e os processos são demonstrados como atendidos, enquanto os resultados são apresentados com base no que ocorreu até 31/12/2021 e em um plano de conformidade para o período de 2022 a 2026. No TMR, devem ser mantidas e atualizadas as informações sobre estrutura e processos, além de serem reportados os resultados efetivamente observados no período de monitoramento e a situação do plano.

Foram detalhadas as sete salvaguardas e os temas correspondentes: (A) políticas e acordos, incluindo a consistência com programas florestais e convenções internacionais; (B) governança transparente e eficaz, abrangendo acesso à informação, prevenção à corrupção, direitos de posse da terra e acesso à justiça; (C) direitos dos povos indígenas e comunidades locais, com atenção à identificação desses grupos, ao conhecimento e às práticas tradicionais e aos direitos e consentimento; (D) participação plena e efetiva, incluindo procedimentos participativos culturalmente adequados; (E) conservação das florestas naturais, biodiversidade e serviços ecossistêmicos, não conversão e ampliação dos benefícios sociais; (F) prevenção de reversões; e (G) prevenção do deslocamento de emissões.

Como exemplos dos elementos apresentados para Mato Grosso, foram mencionados, no âmbito da Salvaguarda A, o alinhamento de normas e políticas estaduais e federais, as ações vinculadas ao PPCDIF, CDFIF, PCI e Programa REM-MT, mais de 20 milhões de tCO_2 e premiadas pelo REM-MT entre 2018 e 2021 e oficinas realizadas com 42 dos 43 povos indígenas. Para a Salvaguarda B, foram destacados os instrumentos de acesso à informação e controle, bem como a repartição de benefícios na proporção de 60% para ações locais e 40% para políticas públicas, auditada entre 2018 e 2021 e registrada no Info Hub. Na Salvaguarda C, a apresentação indicou o mapeamento de 43 povos indígenas, 71 comunidades quilombolas e oito segmentos de povos e comunidades tradicionais, além de informar que não havia registro de violações de direitos no período apresentado.

Em relação à Salvaguarda D, foram apresentados 38 encontros de governança e 16 oficinas de consulta realizados entre 2017 e 2021, com participação aproximada de 1.500 indígenas. Para a Salvaguarda E, foram citados o monitoramento da conversão da vegetação nativa apoiado pelo Programa REM-MT, os instrumentos de conservação e a meta do PCI de manter 60% da vegetação nativa do território, além de ações previstas para ampliar benefícios sociais, equidade e inclusão. Quanto às Salvaguardas F e G, a apresentação abordou, respectivamente, os riscos de reversão — como retomada do desmatamento ilegal, incêndios florestais na estiagem, descontinuidade de políticas e dependência de recursos externos — e os riscos de deslocamento de emissões entre áreas, imóveis, biomas, vetores de desmatamento e para fora do Estado. Foi explicado que esses riscos devem ser considerados na concepção, priorização, implementação e avaliação das políticas e ações, com apoio de instrumentos como PPCDIF, Sala de Situação, embargos,

CAR, regularização fundiária, PRODES e MapBiomas. Para as Salvaguardas F e G, a apresentação indicou um indicador de processo para cada salvaguarda.

A apresentação também destacou que as informações do TRD devem estar acompanhadas de evidências verificáveis. Como exemplo, no tema de acesso à informação (Salvaguarda B, tema 2.1), foram considerados marcos internacionais, federais e estaduais, além das instituições e mecanismos responsáveis, como SEMA, ouvidorias e portais de transparência. Para os resultados anteriores a 2022, devem ser demonstrados os registros e evidências correspondentes; para o período de 2022 a 2026, o documento apresenta metas, prazos e a forma de coleta e revisão das informações. Mônica de los Rios reforçou, ainda, que o TRD retrata o marco de salvaguardas vigente até 2021, enquanto o TMR deverá registrar os resultados dos anos efetivamente monitorados, no caso deste primeiro relatório, os anos de 2022, 2023 e 2024. Ações e fatos posteriores a esse intervalo não integram o reporte desses anos, podendo ser considerados no planejamento e nos períodos de monitoramento seguintes.

Caroline Chichorro informou que a SEMA encaminharia os documentos, a gravação e a apresentação, além de orientações para o envio de dúvidas e contribuições. Também foi anunciada a preparação de materiais de apoio para facilitar a leitura dos documentos e a compreensão dos aspectos técnicos.

Encaminhamentos

1. Disponibilizar aos participantes, até 09/11/2026, o TRD e, até 16/11/2026, o TMR, a apresentação utilizada e a gravação da reunião, com divulgação por diferentes canais institucionais, incluindo e-mail, site, Instagram e grupos de WhatsApp.
2. Encaminhar orientações específicas sobre os canais e os procedimentos para apresentação de dúvidas, comentários e contribuições aos documentos.
3. Receber contribuições dos participantes até 04/12/2026, para análise pela equipe da SEMA e pelas consultorias, com vistas ao aprimoramento dos documentos.
4. Preparar materiais de apoio para facilitar a leitura dos documentos e a compreensão de conteúdos e termos técnicos.
5. Realizar reuniões técnicas on-line para aprofundamento dos temas dos documentos, com datas previstas para 17/11, 25/11 e 01/12/2026. A pauta poderá considerar temas adicionais indicados pelos participantes.
6. Realizar, em 11/12/2026, reunião presencial do Conselho Gestor de REDD+, em Cuiabá, para apreciação e deliberação quanto à validação do Documento de Registro (TRD) e do Relatório de Monitoramento (TMR), antes do encaminhamento pela SEMA ao ART, previsto até 22/12/2026.

Encerramento

Ao final, Caroline Chichorro agradeceu a participação dos representantes do Fórum, do Conselho Gestor, das instâncias de governança, do setor produtivo, produtores e das equipes técnicas, reforçando a importância da participação qualificada no processo de análise e aprimoramento dos documentos. A reunião foi encerrada após os agradecimentos finais e o registro fotográfico dos participantes.

ANEXOS

Lista de presença

Participantes registrados no formulário disponibilizado na reunião.

Nº	Nome	Instituição
1	Alice Thuault	ONG
2	Álvaro Leite	ONG
3	Ana Mayra Pereira da Silva	Governo
4	Ana Mayra Pereira da Silva	Governo
5	Andre Pereira Dias	Governo
6	Angélica Estefânia da Silva	Governo

7	Aria kumalu trumai	Povos Indígenas
8	Bethania Valentino dos Santos	Setor privado (OSC)
9	Camila Russani Silva	Governo
10	Caroline Chichorro	Governo
11	EDSON MARTINS DA SILVA	Governo
12	Elaine Corsini	Governo
13	eliane Xunakalo	Povos Indígenas
14	Eliani Fachim	Governo
15	Enilson Jesus de França	Governo
16	Everaldo Dutra dos Santos	Terceiro Setor
17	Everton Xavier Mota	entidade privada
18	Ines Melo	PNUD
19	JOÃO PEDRO DA FONSECA ARAUJO	OAB
20	Josana Montalvão Guedes	Governo
21	Juliana Arini	Comunicação Imprensa Alma Norte
22	JURACI DE OZEDA ALA FILHO	Governo
23	Kálita Cortiana Seidel dos Santos	Setor Produtivo
24	Karina Marcondes Colet	Governo
25	Karla Juliane Silva Moraes	Quilombola
26	Lara Siebert Silva	Governo
27	Leonardo Henrique Lemes Bezerra	Governo
28	Leticia Guimarães	Organismo Internacional
29	Ligia Nara Vendramin	Governo
30	Lucélia Denise Perin Avi	ONG
31	Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa	Povos Indígenas
32	Luiz Carlos Tserewatsitsi Tseremey'wa	Povos Indígenas
33	Luiz Francisco Tegon de Pinho	SEMA-MT
34	Marcos Antônio Camargo Ferreira	Governo
35	Maria Graziele surubi Peteá	Povos Indígenas
36	Maria Iva Rocha Dutra	Povos e Comunidades Tradicionais
37	Maria Valeria de Morais Silva	Povos e Comunidades Tradicionais
38	MARILEIA TAIUA DE OLIVEIRA PERUARE	Governo
39	Marta Nogueira de Azevedo	Governo
40	Maurício Philipp	Governo
41	Maysa Nery Figueiredo de Sá	SEMA-MT
42	MONICA JULISSA DE LOS RIOS DE LEAL	CONSULTOR DO PNUD - convidado
43	Myllena Pietra Oliveira Contragiani	Governo
44	Noraney Nascimento Almeida	Governo
45	ODILIA GOMES SOUSA MORAES AUGUSTO	Povos e Comunidades Tradicionais
46	Raquel Pereira da Silva	Governo
47	Ricardo Woldmar	Privado, sem fins lucrativos
48	Richard Smith	Organização Público-Privada (OSC)
49	Roberta Colombo	Instituto PCI

50	Sanny Costa Saggin	Governo
51	SILVANA INES FUHR	EXTRATIVISTAS
52	Tânia Arévalo	Setor Produtivo
53	Thayza Cristina Santos Avelar	Setor Produtivo
54	Victor Augusto Gomes Moraes	Povos e Comunidades Tradicionais
55	Weiker jr santos de pinho	Povos e Comunidades Tradicionais
56	Wetaktxi Tapayuna	Povos Indígenas

Observação: a lista acima reproduz os 56 registros informados no formulário de presença da reunião, que incluem dois registros em duplicidade (itens 3–4 e 31–32), correspondendo a 54 participantes distintos.

Lista de presença

Participantes registrados na transcrição automática da reunião. As instituições de vínculo não foram discriminadas no arquivo de presença disponibilizado.

Nº	Participante	Nº	Participante
1	Alex Sandro A. Marega	38	Lara Siebert Silva
2	Alice Thuault	39	Leonardo Henrique Lemes Bezerra
3	Alvaro Leite	40	Leticia Guimarães
4	Andre Pereira Dias	41	Leticia Moreira
5	Andreia Sau	42	Ligia Nara
6	Angélica Estefânia	43	Lucelia Avi
7	Aria Kumalu	44	Luciana Carrijo
8	Benedito Santana	45	Luiz Francisco Tegon de Pinho
9	Bethania Santos	46	Luiztserewatsitsi Tseremeywa
10	Bojan Auhagen	47	Marcos Antonio Camargo Ferreira
11	Camila Russani Silva	48	Maria Dulce de Resende Oliveira
12	Catarina Lopes	49	Maria Graziele Surubi Peteá
13	Cleide Arruda	50	Maria Iva Rocha Dutra
14	Clenia Goretth da Silva Souza	51	Maria Tsinhotse
15	Cooperativa COOPERNOSSASENHORA	52	Marileia Taiua
16	Danielly Sobrinho	53	Marta Azevedo
17	Edson Martins da Silva	54	Mauricio Moleiro Philipp
18	Elaine Corsini	55	Monica De Los Rios
19	Eliane Xunakalo	56	Myllena Contragiani
20	Elis Sau	57	Nathália Safar
21	Enilson Jesus de Franca	58	Noraney Nascimento Almeida
22	Everaldo Dutra	59	Odilia Gomes Sousa Moraes Augusto
23	Everton Mota	60	Pedro Nogueira
24	Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas	61	Presidente AIT
25	Gezoino Arruda	62	Raquel Pereira da Silva
26	Inês Melo	63	Ricardo Woldmar
27	Ivo Campos	64	Richard Smith

28	Jarlene Alves	65	Rita de Cassia Oliveira Chiletto
29	Joao Pedro Fonseca	66	Roberta Colombo
30	Josana M Guedes	67	Sanny Saggin
31	Julia Mangueira	68	Silvana Fuhr
32	Juliana Arini	69	Suely Costa Campos
33	Juraci DE OZEDA ALA FILHO	70	TANIA Meio Ambiente - FAMATO
34	Juraci's Meeting Notes - tldv	71	Victor Moraes
35	Kálita Seidel	72	WENKI APOTHEOZIZ
36	Karina Colet	73	Xisto Bueno
37	Karla Juliane Silva Moraes		

Observação: 73 participantes, registro de participantes identificados pelo Google Meet